

SPA – Seminário Internacional: A importância do direito de autor nos novos mercados
culturais da lusofonia

Painel: CULTURA E PIB NA LUSOFONIA

5/12/2013

Luís Moita

Ao iniciar esta intervenção, proponho uma nota prévia, seguramente banal: vamos abordar o tema da Lusofonia, essa espaçosa geografia de territórios a um tempo dispersos e presos por filamentos delicados, e vamos fazê-lo num registo definitivamente pós-colonial e pós-racial – sem complexos de colonizador ou colonizado, sem qualquer visão de superioridade ou inferioridade.

Ao ser-nos apresentada a equação CULTURA E PIB, ela sugere-nos a possibilidade de medir, através de indicadores bem estabelecidos, o valor económico das actividades culturais. Muitos dos presentes o sabem calcular melhor que eu. Pela minha parte, gostaria de tocar na questão pelo lado dos indicadores não mensuráveis, daquilo que não é susceptível de medida (embora possa ser avaliado e ponderado), nos termos que veremos de seguida.

A associação entre os termos “economia” e “cultura” autoriza-nos a convocar uma expressão: o capital cultural. Na linguagem corrente chamamos capital àquilo que tem valor para o humano, algo de positivo que pode ser acumulado, rentabilizado... e que é susceptível de ser referenciado a múltiplas realidades. Falamos de capital natural (os recursos do solo e do subsolo, ou dos rios e dos mares), de capital físico (as instalações, os edifícios, as máquinas), de capital financeiro (o dinheiro, mesmo virtual), de capital tecnológico (o saber acerca das técnicas), de capital humano (a formação e capacitação das pessoas), de capital social (as redes de solidariedade) – e também de capital cultural.

Esta expressão CAPITAL CULTURAL esconde e revela coisas porventura distintas. Pode significar os conjuntos de objectos culturais, os produtos da criatividade humana, presentes nos eventos performativos, nos espectáculos ou nos festivais, ou nas peças

de arte, ou nas canções, ou nos poemas..., que depois arrumamos em colecções, em bibliotecas, em galerias, em museus.

Isso, sim, constitui certamente um capital, um capital cultural. Faz-me lembrar aquela mulher que, aqui há uns meses, se sentou atrás de mim num momento de pausa, num banco corrido do museu do Prado em Madrid: “como podem dizer que a Espanha é um país endividado, com toda esta riqueza!”. Como se no seu conjunto o museu, mesmo não tendo preço (como dizemos), concentrasse um valor mais alto que a dívida soberana!

Quando este Seminário Internacional trata do direito de autor, de certo modo é a este nível que se situa: o preço do objecto cultural, a lógica do mercado artístico, a remuneração do criador...

Mas há algo mais para além da multiplicidade e da diversidade dos objectos culturais. Digamos que eles só existem porque provêm de um fundo comum, de uma atmosfera, de uma paisagem envolvente, quem sabe? daquilo a que chamamos um caldo de cultura (expressão interessante que faz lembrar uma sopa fértil), isto é, um viveiro onde florescem esses objectos ou esses eventos. Aqui penetramos numa realidade imaterial, pouco ou nada mensurável, que é o mundo dos signos e das linguagens, a esfera do simbólico, das mundividências, dos sonhos, das fantasias, das crenças, das emoções estéticas. Aqui também, estamos a usar a palavra “cultura” no sentido que lhe foi dado pela antropologia cultural: as estruturas mentais, os sistemas de valores, os conhecimentos acumulados, os estilos de vida.

É a transferência para esse outro universo de compreensão que legitima coisas tão diferentes como sejam a célebre frase de Amílcar Cabral: “A nossa luta de libertação é um acto de cultura”, ou esta outra bem conhecida de Fernando Pessoa “A minha pátria é a língua portuguesa”, ou quando dizemos que a cultura brasileira mistura as raízes ameríndias com as da colonização europeia e nela as religiões sincréticas fundem cristianismo e reminiscências afro. Afirmações como estas situam-nos para além dos objectos e dos actos culturais, transportam-nos para uma nuvem, sim uma nuvem, porque é algo de nebuloso, talvez de aparência frágil, todavia é ela que dá consistência ao acto criador, ao momento da comunicar, à materialização da

inspiração estética e assim por diante. É nessa nebulosa que se desenha a trama das identidades pessoais e colectivas, das memórias e das ambições, dos mitos e dos imaginários, também das frustrações e dos recalamentos. Daí retira inspiração e alimento qualquer acto criador.

Colocados neste registo, o nosso painel CULTURA E PIB NA LUSOFONIA deveria talvez usar o plural e falar de CULTURAS E PIB NA LUSOFONIA, pois a lusofonia é uma vastidão de áreas culturais, arrastando-nos para o plural. Ou seja, estamos em pleno domínio do pluralismo cultural, onde podemos encontrar não poucas distinções: culturas de tradição oral versus culturas com escrita, culturas a que alguns chamarão “científicas” versus outras ditas “pré-científicas” e tantos outros exemplos de possíveis demarcações. Muitos se tornaram peritos em catalogar tais distinções culturais em tipologias sumárias, tantas vezes à custa de distorcer as realidades.

Estas culturas múltiplas podem, é certo, fechar-se na irredutibilidade, mas normalmente são percorridas por numerosas interações, que permitem que entre elas se gerem fenómenos de osmose ou de interpenetração, já que elas, não sendo objectos físicos, se podem sobrepor, coincidir no mesmo espaço, revitalizar-se mutuamente, recriar-se em reciprocidade. Também se podem agredir e opor, mas então, como sabemos, quando uma cultura esmaga outra, todos ficam a perder.

Acrescento mais uma ideia: a pluralidade de identidades culturais está para as sociedades humanas como a biodiversidade está para os ecossistemas: condição de riqueza, de fecundidade, de melhorias na evolução, já que a disseminação e o cruzamento são factores positivos, a miscigenação um fertilizante, a simples diversidade uma mais-valia.

A biodiversidade cultural não se dá apenas entre diferentes comunidades, verifica-se no interior da mesma comunidade e do mesmo indivíduo: o seu espectro cultural alarga-se por uma vasta gama de registos, desde as raízes ancestrais mais remotas (recordemos o provérbio árabe: “um velho que morre é uma biblioteca que arde”), até às mais modernas tecnologias digitais. Quer dizer: o multiculturalismo reside em cada um de nós, no sentido em que coabitam no nosso espaço pessoal e colectivo

ressonâncias e quadros de valores que se pensariam incompatíveis e que todavia convivem, em conjugações problemáticas, nem sempre bem-sucedidas.

E já que se fez referência às raízes ancestrais, recordo como é de lamentar que muitas das camadas dirigentes das nossas sociedades pratiquem um verdadeiro processo de ocultação dos seus próprios sistemas tradicionais, das culturas mágicas das suas origens. Têm-no feito com frequência, dantes em nome da ortodoxia marxista, agora ao sabor de padrões de modernização.

Comportamentos desse género contribuíram para o aparecimento de factores críticos, abrindo rupturas profundas nas vivências culturais, impedindo qualquer visão de inocência, pelo contrário introduzindo elementos dramáticos e por vezes trágicos. Um moçambicano dizia: “quando éramos crianças orávamos com a cabeça virada para o chão, era lá que estavam os espíritos, os nossos antepassados, as nossas referências sagradas; depois vieram os missionários e disseram-nos para orar com a cabeça virada para o céu, pois ali estava a transcendência divina; a seguir a FRELIMO acusava ambas as coisas de obscurantismo e dizia-nos que devíamos olhar para a frente, para o futuro, para o socialismo que devíamos construir; e agora o nosso problema é que não sabemos para onde virar as cabeças”. Eis uma afirmação carregada de dramatismo, uma espécie de recapitulação de um itinerário marcado pela desestruturação cultural, pela incerteza do sentido das coisas, pela inquietação acerca dos caminhos a escolher.

Se as raízes identitárias devem ser conhecidas, interpretadas, cultivadas, porventura depuradas, no outro extremo temos a cultura do tempo presente, da era informacional em que estamos a entrar. Aí as interações parecem multiplicar-se ao infinito, quanto mais não seja porque a linguagem binária (a combinatória do zero e do um), constitui um código de máxima simplicidade e de incrível complexidade, abrindo novas possibilidades à produção cultural e à criação artística. Com esta particularidade: na comunicação sem fronteiras, na instantaneidade do directo, no imprevisível potencial expressivo, a cultura tende a disseminar-se quase sem precisar de intermediários. Instalados na nossa sala, podemos percorrer uma a uma as galerias do Hermitage de São Petersburgo.

Falámos de capital cultural, de objectos ou eventos culturais, do viveiro onde eles florescem, das múltiplas identidades, da pluralidade cultural nos indivíduos e nas comunidades, da interacção entre as culturas, das raízes ancestrais e das inovações cibernéticas, dos possíveis traumas ao longo destes vários e conturbados processos. Tudo isto a propósito de Lusofonia e da sua peculiar geografia humana e da sua biodiversidade cultural.

Poderá perguntar-se: que tem isto a ver com Produto Interno Bruto, com economia, com mercados culturais, com indústrias criativas, com direito de autor, com luta contra a pirataria, enfim com os temas propostos para este Seminário? Julgo que tem tudo a ver. Cuidar do capital cultural não é só atender aos objectos culturais ou às produções artísticas. É também e talvez sobretudo valorizar as identidades, fazer interagir as culturas. Isto é, cuidar do viveiro. Cuidar do viveiro onde também se abrigam minorias valiosas, por vezes reputadas marginais. E nele, respeitar e apoiar os criadores, os artistas, os autores, os cantores, porque eles trazem consigo a humanização da nossa convivência, a fruição das coisas belas – e na sua singularidade, sendo profundos, eles transportam a universalidade.

Talvez tudo isto se pudesse resumir numa frase simples: cabe-nos promover e valorizar o capital cultural, sabendo que o encontro de culturas cria valor e é potenciador do mercado da cultura.